

Organização: José Márcio Camargo ▼ Fabio Giambiagi ■■■■ autores: Edward Amadeo Ricardo Paes de Barros ■■■■ Regis Bonelli ▼ Maria Cristina Cacciamali ▼ José Márcio Camargo ■ Rodolfo Hoffmann ■ Carlos Ivan Simonsen Leal ▼ Salomão Quadros ▼ Lauro R. A. Ramos ■ José Guilherme Almeida Reis Maurício Costa Romão ■ Guilherme Sedlacek João Saboia ■■ Sérgio R. da Costa Werlang ■■■■■■ prefácio: Antônio Barros de Castro

DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA
no
BRASIL



PAZ E TERRA

PREFÁCIO

Antonio Barros de Castro

O público brasileiro vem sendo intermitentemente bombardeado com dados sobre a péssima distribuição de renda vigente no país e, não raro, sobre o seu agravamento ainda maior. Essa sucessão de cruéis notícias contribui seguramente para aumentar o seu desconforto moral e o seu despreço pelos políticos em geral e pela política econômica em particular.

Diante de um tal quadro, é mais do que bem-vindo um sério esforço no sentido de divulgar o que há de mais avançado no terreno das investigações sobre a distribuição da renda e outros temas a ela relacionados. A obra que se segue, além desse mérito, tem ainda a qualidade de conter um amplo espectro de abordagens, seja no que toca à vasta temática da distribuição, seja no que concerne à orientação dos autores. Antes porém que se produza a falsa impressão de que nela se pode encontrar um retrato de corpo inteiro do fenômeno da repartição das rendas no Brasil, convém lembrar que esse é um terreno (além de eminentemente propício à controvérsia) repleto de dificuldades e de armadilhas. Exemplifico, apontando dois problemas.

A principal fonte de dados para o estudo da distribuição da renda consiste nas pesquisas domiciliares periodicamente realizadas no país, através de censos e minicensos anuais (PNADs). As informações individualmente colhidas mediante esse tipo de levantamento — não obstante sua imensa riqueza e abrangência — não cobrem determinados tipos de renda, como, por exemplo, os lucros retidos pelas empresas. Mais precisamente, do “total de renda declarado nos Censos Demográficos e PNADs, algo entre 85% e 90% provém do trabalho, inclu-

indo-se aí os salários, o rendimento dos trabalhadores por conta própria, e o *pro labore* dos empregadores”.¹ Donde se infere, de saída, que esse tipo de levantamento não se presta ao estudo da repartição dita funcional da renda, que visa caracterizar a sua divisão entre as parcelas adjudicadas, respectivamente, ao trabalho e aos demais fatores da produção. A rigor, e como tem sido sugerido por diferentes especialistas, os inqueritos domiciliares *não captam* um montante de renda que pode situar-se entre 40% e 50% da renda aferida pelas Contas Nacionais. O montante omitido, aliás (e como já foi assinalado),² não deve distribuir-se de forma homogênea, sendo bastante plausível supor que os ricos tenham a sua renda mais subestimada que os pobres — o que implica dizer, tudo o mais constante, que a desigualdade efetivamente existente na economia seria ainda maior do que a registrada.

Dado que as rendas do trabalho, como viemos de assinalar, quase exaurem a renda auferida nas pesquisas domiciliares,³ compreende-se que a constatação com base, por exemplo, na PNAD 1989, de um aumento da desigualdade não significa — como parece haver sido subentendido por muitos — que aumentou a discrepância entre a parcela da renda apropriada pelos *capitalistas* e a parcela tocante aos *trabalhadores*. Essencialmente, o que está sendo dito é algo bem mais trivial e constrangedor: aumentou a distância ou desigualdade entre os rendimentos derivados do trabalho.⁴ Aliás, e como é fácil imaginar, os mal-entendimentos não ficam aí. Ilustro mais uma vez. Um grande número de pessoas está convencido de que, em meio ao processo inflacionário que assola esta economia, os preços correm à frente dos salários. Disto se infere, naturalmente, a ocorrência de transferências de

¹ José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros, “Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes”, neste volume.

² Vide, a propósito, Lluch, Constantino, “Sobre medições de renda a partir dos censos e das contas nacionais no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, abr. 1982, e Hoffmann, Rodolfo, “A subdeclaração dos rendimentos”, *São Paulo em Perspectiva*, jan.-mar. 1988.

³ Bonelli e Sedlacek, ao apresentar dados referentes unicamente aos rendimentos do trabalho, assinalam que os resultados confirmam o que havia sido descoberto para o *total* da renda declarada, e patenteiam “a pouca importância, tanto absoluta quanto relativa, dos rendimentos da propriedade” captados pela PNAD. Em Bonelli, Regis e Sedlacek, Guilherme, “A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988”, neste volume.

⁴ Considero particularmente estimulante, a esse propósito, o artigo de Amadeo, Edward e Camargo, José Márcio, “Mercado de trabalho e dança distributiva”, neste volume. Veja-se também, João Saboia, “Política salarial e distribuição de renda, 25 anos de desencontros”.

renda dos trabalhadores para as empresas e, por conseguinte, o aumento da concentração. Alta inflação e crescente desigualdade passam pois a ser vistos como faces da mesma moeda. Ocorre, porém, que — ainda quando a alta inflação efetivamente provoque esse tipo de transferência (em favor das empresas e, claro, de seus proprietários) — fenômenos dessa natureza simplesmente não são captados, ao menos diretamente, pelos levantamentos, através dos quais a distribuição da renda é periodicamente aferida.

Um outro problema inerente ao trabalho com a distribuição pessoal da renda provém do fato de que não há teorias acerca desse tipo de fenômeno. Existem, convém frisar, diversas teorias acerca da distribuição funcional da renda.⁵ Estão também disponíveis hipóteses sobre o que explica a diferença entre o que ganha, suponhamos, um engenheiro e um peão, ou entre o que recebem os trabalhadores protegidos por algum tipo de segmentação do mercado de trabalho, *vis-à-vis* daqueles plenamente expostos à competição. Também existem hipóteses ou descobertas empíricas quanto ao formato ou perfil da distribuição pessoal da renda, sendo, talvez, a mais interessante e provocativa delas a que afirma que a renda apropriada pelos mais ricos — digamos, os 40% de maior renda — aumenta ao ter início o processo de desenvolvimento, e decresce ulteriormente (curva de Kuznets).⁶ Mas não existem, seguramente, teorias que expliquem a porção da renda abocanhada por indivíduos agrupados mediante um critério estatístico do tipo os 10% mais ricos, ou os 50% mais pobres. É, no entanto, exatamente esse o tipo de fenômeno que está sendo referido, quando se afirma que as mais recentes *enquêtes* revelaram, digamos, um novo aumento da concentração.

Diante desse último tipo de problema a reação do economista consiste, usualmente, em admitir que não há explicação endógena (contida no âmbito da teoria econômica por ele manejada) para o fenômeno em questão. Evidentemente, isso não o condena ao silêncio. Nem como cidadão, o que me parece óbvio, nem como estudioso do problema. Neste último caso, porém, terá ele de assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (numa aceção rigorosa e contemporânea do termo), mediante a introdução de

⁵ Para um breve *survey* das teorias e modelos de distribuição veja-se, neste volume, Ramos, Lauro e Almeida Reis, José Guilherme, "Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil".

⁶ Bacha, Edmar, *Política econômica e distribuição de renda*, Parte II, Paz e Terra, 1978.

considerações histórico-contextuais, em maior ou menor medida entre-meadas de juízos de natureza política. Para tanto deverá ele, ainda, promover adaptações e extensões das teorias e modelos de sua preferência. Assim, por exemplo, no debate dos anos 70, as tentativas de explicação do aumento da desigualdade registrado entre 1960 e 1970 apontaram para a política salarial e a repressão aos sindicatos postas em práticas após o golpe de 1964, ou, alternativamente, para a insuficiência da oferta de trabalhadores altamente qualificados, frente a uma demanda em rápido crescimento e viesada no sentido das altas qualificações. Em ambos os casos, como assinalam Lauro Ramos e Almeida Reis neste volume, a elevada concentração constatada em 1970 estava, pois, sendo atribuída (em maior ou menor medida) a fatores de natureza *transitória* — quando, na realidade, o fenômeno iria persistir e mesmo agravar-se nos anos 80, não obstante o advento da democracia, o crescimento do poder sindical, o aumento da escolaridade e a cessação do crescimento.

Estas ponderações têm por objetivo, como foi anteriormente sugerido, advertir o leitor quanto ao tipo de resposta que poderá aqui encontrar para suas angústias e indagações frente à candente questão da distribuição da renda. Isto feito, cabe reafirmar que os trabalhos reunidos neste volume colocam diante do leitor um aproveitamento amplo (o Nordeste e a agricultura nele recebem especial destaque),⁷ competente e atualizado do material que vem sendo utilizado na análise da questão no Brasil. Passemos, pois, ao rico cardápio de estudos aí contidos.

Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil (Lauro Ramos e José Guilherme Almeida Reis). Os autores apresentam o pano de fundo teórico que serviu como referência para o debate acerca da questão distributiva travado no Brasil nas décadas de 60-70. O *survey* parte de uma breve alusão às teses ricardiana e marxista do século XIX e vai até as teorias sobre o mercado de trabalho desenvolvidas a partir dos anos 1950. Segue-se a recuperação dos traços principais do debate brasileiro acima citado, cotejando as teses de Langoni com as de outros autores como Bacha, Taylor e Fishlow. A análise isenta, facilitada pelo distanciamento em relação à época em que o debate transcorreu, leva os autores, a fazer uma leitura crítica das posições em confronto, apontan-

⁷ Romão, Maurício Costa, "Distribuição de renda, pobreza e desigualdade regionais no Brasil", e Cacciari, Maria Cristina, "As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda", ambos neste volume.

do os supostos acertos e insuficiências de cada uma das partes em conflito. Surge dessa preocupação com o não engajamento numa corrente definida uma visão eclética, na qual destaca-se a complementaridade das contribuições de cada um dos grupos participantes da controvérsia.

A evolução da distribuição da renda entre 1983 e 1988 (Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek). O artigo trata das alterações ocorridas na distribuição de renda no Brasil, a partir das observações *individuais* da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, para os anos de 1983 a 1988. Foram calculados índices de Gini a partir dos dados individuais tanto para a PEA total (isto é, incluindo os indivíduos sem rendimento) quanto para a PEA com rendimento positivo — objeto principal da análise do texto.

Conclui-se, da observação dos dados, que os índices de concentração que haviam se reduzido entre 1976 e 1981 (ver os mesmos autores em *Distribuição de renda: evolução no último quarto de século*, IPEA, 1989) voltariam a crescer ao longo da década de 80 - excetuados o ano de 1984 e, especialmente, o ano de 1986, marcado pela experiência do Plano Cruzado. Os dados também sugerem que a desigualdade teria aumentado a um ritmo crescente ao término da década, tendo o índice de Gini saltado de 0,594 em 1987 para 0,612 em 1988 e, finalmente, para 0,635 em 1989 (ver Apêndice).

Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes (José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros). O artigo expõe algumas das principais conclusões derivadas de várias pesquisas sobre distribuição de renda elaborada nos últimos anos, referentes às causas de desigualdade *entre os salários*. Os autores destacam o papel possivelmente desempenhado pela educação enquanto fonte de desigualdade, ressaltando, em consequência, a importância de se adotarem políticas de homogeneização da força de trabalho, inclusive mediante elevação dos investimentos nos níveis básicos de educação.

Ressalta-se também, por outro lado, que, segundo indicam as pesquisas, aproximadamente 50% da desigualdade salarial verificada no país decorrem de diferenças salariais entre grupos homogêneos quanto aos níveis de educação e de idade. O fato chama a atenção para o fenômeno da *segmentação*, o qual, entretanto, é atenuado pela mobilidade existente entre os diversos segmentos.

Educação e distribuição de renda (Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Werlang). Os autores discutem a relação entre educação e distribuição de renda a partir do enfoque estabelecido pela Teoria do Capital Humano e com base nos resultados empíricos gerados a partir das

PNADs. Comparando as médias de 1982-86 e 1976-81, o estudo chega a duas conclusões. A primeira é que houve um aumento dos retornos pessoais associados à educação; a segunda é que esse aumento ficou mais concentrado nas pessoas com maior nível de escolaridade. A conjugação destes dois fenômenos representaria um fator de agravamento na desigualdade distributiva do país. Os autores se valem desses resultados para sugerir mudanças substanciais da política educacional, envolvendo, fundamentalmente, a realização de um maior investimento público no ensino primário e a redução dos gastos do governo com o ensino superior gratuito.

Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais (Maurício Costa Romão). Não obstante o Brasil haja experimentado intenso crescimento econômico nas últimas cinco décadas, a questão das disparidades regionais permaneceu praticamente imutável em termos de renda, tecnologia e, sobretudo, qualidade de vida. O propósito maior deste estudo é examinar um aspecto particular desse elenco de disparidades: aquele concernente à distribuição da renda pessoal e à pobreza. As informações levantadas mostram que a distribuição de renda pessoal no Brasil e nas grandes regiões revelou-se tremendamente iníqua e não associada às taxas de crescimento do produto, o que sugere seja o *padrão de crescimento econômico do país, e não suas taxas*, o fator determinante da trajetória verificada. Quanto à pobreza, as estatísticas dão conta de que, tido em conta o conjunto das últimas três décadas, não houve, virtualmente, avanço nenhum no seu combate, tendo sido detectada, ainda, uma forte associação entre a evolução da incidência da pobreza e os *ciclos econômicos*.

As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda (Maria Cristina Cacciamali). O trabalho caracteriza a evolução do conceito de setor informal destacando a concepção inicial, segundo a qual o produtor direto possui os instrumentos, executa e administra os trabalhos com auxílio de seus familiares, e a aceção divulgada a fins dos anos 1970, quando o setor informal passa a ser concebido (nos países industrializados) como reunindo as atividades que fogem à regulação do Estado. O texto prossegue com uma discussão das sobreposições “parciais” entre o setor formal e a economia submersa, e o setor informal e a economia registrada. A parte final examina a evolução (de 1979 a 1988) do emprego e da desigualdade segundo posições na ocupação. Vale dizer, distinguindo entre empregados com carteira, sem carteira, trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores sem remuneração.

Distribuição da renda na agricultura (Rodolfo Hoffmann). O trabalho analisa a evolução da distribuição da renda na agricultura (que para efeito dos Censos Demográficos e PNADs compreende agropecuária, extração vegetal e pesca) realçando, inicialmente, o ocorrido na década de 70. A intensa modernização verificada nesse período foi acompanhada de vigorosa ampliação da renda média dos trabalhadores em geral e de pronunciado aumento dos índices de concentração da renda. Dentre as mudanças então ocorridas destaca-se também a queda na proporção de “pobres” (de 85% para 67%) entre as pessoas economicamente ativas na agropecuária.

O segundo período analisado estende-se de 1979 a 1987. Nessa última década é ressaltada a estabilização inicial da desigualdade — de 1979 a 1982 — período em que também se verifica que a recessão atingiu mais intensamente o setor agropecuário. Examina-se também o excepcional crescimento do rendimento real médio de setembro de 1985 a setembro de 1986. O trabalho não chega a ter em conta a fase final do decênio (em particular 1988 e 1989) dominada pela turbulência inflacionária e caracterizada pela elevação dos índices globais de concentração (Bonelli e Sedlacek, neste volume).

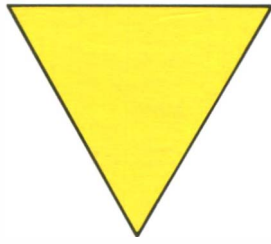
Política salarial e distribuição de renda, 25 anos de desencontros (João Saboia). Esse artigo examina e discute a experiência da política salarial brasileira a partir de sua implantação em meados dos anos 60. É adotado um enfoque histórico, apresentando-se as principais modificações ao longo dos últimos 25 anos. Diferentemente da posição acadêmica majoritária encontrada no país, defende-se o ponto de vista de que a política salarial possui um papel importante na evolução dos salários reais. Essa visão tem respaldo em dados da indústria, especialmente no período dos reajustes semestrais diferenciados, quando, apesar da recessão econômica, a legislação salarial contribuiu para a melhoria da distribuição de renda do Brasil.

Mercado de trabalho e dança distributiva (Edward Amadeo e José Márcio Camargo). Esse artigo examina os efeitos da segmentação dos mercados de trabalho sobre a dispersão de preços relativos e, principalmente, salários da economia brasileira. O argumento teórico baseia-se no comportamento diferenciado das empresas que operam nos setores oligopolizados e competitivos, de um lado, e dos trabalhadores mais ou menos organizados, de outro. Sugere-se que as negociações entre empresas dos setores oligopolizados e trabalhadores mais organizados envolve um jogo de soma positiva, enquanto a distribuição do produto na economia é um jogo de soma zero. Daí se infere que tem havido uma

redistribuição de renda a favor dos lucros e salários dos agentes que operam nos setores oligopolizados, em detrimento dos demais agentes.

Sistema financeiro: participação na renda, funções e disfunções (Salomão Quadros). O trabalho assinala que o gigantismo do sistema financeiro nos anos 1980, aferido por sua participação no PIB a preços correntes, não é inteiramente convalidado pelos dados da contabilidade real. Adverte no entanto que, digressões metodológicas à parte, a lucratividade do setor elevou-se consideravelmente ao longo da década, mesmo na segunda metade, quando indicadores do porte de sua infraestrutura apontam para uma modesta redução de escala. A caracterização do sistema financeiro prossegue mediante exame de seus graus de concentração, estatização, abertura ao exterior e incorporação de progressos técnicos.

Observando a estrutura das aplicações e suas formas de captação, o trabalho realça alterações que trazem implicações distributivas. A primeira delas é a crescente participação do Estado como destinatário do volume de crédito ofertado. Dentre os empréstimos ao setor privado são flagrantes: as desigualdades nos encargos dos financiamentos habitacionais, a redução acentuada nos montantes emprestados ao setor agrícola, a dependência cada vez menor das empresas em relação ao endividamento, bem como a diminuição do crédito às pessoas físicas.



Nos anos oitenta, a discussão econômica se concentrou sobre os problemas da inflação e da estagnação econômica, relegando a um plano secundário o estudo das desigualdades sociais. Este livro procura resgatar o debate em torno desse problema, reunindo “o que de melhor se tem produzido no país nos últimos anos, sobre a questão da distribuição de renda”, nas palavras de Edmar Bacha. Os trabalhos aqui publicados tratam de diversos assuntos, envolvendo, entre outros temas, o papel da educação, da agricultura e do mercado informal, a dimensão das desigualdades regionais e o debate acerca da política salarial. Em conjunto, os artigos colocam diante do leitor um aproveitamento amplo, competente e atualizado do material que vem sendo utilizado na análise do problema distributivo.

Antônio Barros de Castro

